

Ocupando as lacunas do ensino tradicional: o Movimento Occupy e suas experiências pedagógicas

Carolina Sarzeda Reis Couto*

Introdução

Durante a maior parte, senão todo, o percurso escolar, apreendemos conceitos, técnicas e leis de ínfima ou nula projeção em nossas vidas. Aprendemos sobre episódios pontuais na história sem um satisfatório diálogo com o tempo presente. Aprendemos a geografia de lugares que não conhecemos, a biologia de animais que nunca vimos, as histórias e literaturas cujas personagens nos são distantes. E por isso, na maioria das vezes, a escola foi um lugar de abstração das realidades.

Quanto ao ensino dos conteúdos da disciplina Sociologia, existe a ser enfrentado o desafio de quebrar os padrões de transmissão de conhecimentos, dado o fato de que a disciplina necessita estabelecer uma conexão entre a produção científica das ciências sociais e seu objeto de estudo: a própria sociedade. O caminho de superação das barreiras entre essas duas partes é, talvez, a maior das experiências pedagógicas.

Esse artigo pretende, portanto, traçar os ganhos pedagógicos contidos na experiência de abordar, nos estudos da Sociologia, os processos sociais contemporâneos. Tudo isso será feito sob a análise de um trabalho realizado em 2012 que discute o movimento mundialmente conhecido como Occupy. Para a literatura sugerida, na ocasião da elaboração do trabalho original, tínhamos *Os Movimentos Sociais como Forças de Mudança* (Sztompka, Piotr 1998). Além dela, um enorme acervo ‘online’ de artigos, fotos, vídeos, relatos e alguma experiência pessoal – ‘bônus’ de participações nos movimentos das greves deflagradas em 2011 e em 2012 no Colégio Pedro II e da participação em alguns dos movimentos do OcupaRio (ocupação realizada na Cinelândia, centro da cidade do Rio de Janeiro, durante um período entre Outubro e Dezembro de 2011). Portanto, o projeto de trabalho sobre o Occupy que desenvolverei a seguir se estrutura não somente na intertextualidade entre as literaturas, mas também no pouco que pude deixar de minhas perspectivas.

* Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Atua desde 2015 no projeto de pesquisa e extensão Perceber sem Ver, orientada pela professora Marcia Moraes.

Uma reflexão sobre os movimentos sociais: alguns conceitos

A linguagem é, por vezes, um código bastante expositivo. Por isso, ao falarmos de movimentos sociais, é possível formular uma noção crua de conceituações sociológicas: compreendemos *movimento* por tudo aquilo que é dinâmico, que se articula, que age e sofre alterações. Um corpo humano em pleno movimento, por exemplo, busca novos contornos e formas de preencher o espaço no decorrer do tempo. Já o senso comum sobre o que é de ordem *social* se define por aquilo que contém e/ou que é contido pela sociedade, no sentido em que atua sobre e/ou sofre as ações das relações sociais.

Apesar de o senso comum ser um saber suficiente à vida cotidiana, não consegue estudar todas as nuances da realidade dos movimentos sociais. É, portanto, que lançaremos mão, aqui, de conceitos muito caros à compreensão dos movimentos de massa e que nos ajudarão na confecção do olhar sociológico sobre esses agentes de mudança.

Em razão de os movimentos sociais se darem na prática e não somente no plano das ideias, sua categorização é difícil e inúmeras são as definições encontradas na literatura. Tomaremos, aqui, entretanto, por “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2011:333) Essa definição, apresentada por Maria da Glória Gohn, é capaz de desenhar as linhas gerais de um movimento social, legitimando-o como um campo de práticas, dinâmica e organização próprias, além de distingui-lo de outros agentes de mudança. Quando não se distinguem as particularidades dessas ações sociais específicas há possibilidades de confusão, como seria o equívoco de caracterizar um coletivo que compartilha interesses em comum, mas que fogem ao caráter sociopolítico e cultural, como um movimento social.

Também opto por essa definição porque é avançada no que diz respeito à abrangência e à valorização do “agir”: não cerceia o movimento apenas às mudanças sociais conquistadas ou pretendidas por ele, como fazem algumas outras definições. Consegue superar a ideia de que o movimento social tem saldo apenas no que se refere às mudanças sociais. Traz protagonismo aos processos de atuação do movimento e à expressão popular de suas

demandas através de diferentes formas de manifestação. Isso é especialmente importante para o caso de análise do Occupy e dos movimentos de massa da atualidade, uma vez que é traço característico deles o fortalecimento da contestação nas suas mais diversas formas de manifestação, enquanto as proposições aparecem de maneira mais especulativa do que objetiva. Ou seja, são movimentos pautados mais pela expressão do que por suas metas.

Uma conceituação mais sistemática, mas em grande medida dialogal à definição usada por Gohn, é a de Piotr Sztompka que afirma (1998:464-465) que a definição desse fenômeno deve ser objetivada de modo a distingui-lo das outras maneiras de provocar mudanças na sociedade. Sztompka divide as mudanças sociais em classes e agentes. Dentre as classes, destaca-se ao nosso uso a da “mudança manifesta vinda de baixo”, onde “manifesta” expressa a intencionalidade de agência e a “vinda de baixo”, o lugar de origem da agência. Cabe aqui dizer que há diferentes agentes numa mesma classe e, portanto, além dos movimentos sociais, também são mudanças manifestas vindas de baixo (manifestações difusas, distúrbios espontâneos, grupos de interesse - como o exemplo no parágrafo anterior - e partidos políticos altamente burocratizados que lutam pelo poder). A categoria das classes, portanto, não é suficiente para definir a singularidade do movimento social dentre os demais agentes de mudança.

É, então, buscando a propriedade discriminativa que Sztompka define, para além da classe, que os movimentos sociais devem conter (1) uma coletividade de indivíduos atuando juntos; (2) um objetivo comum que pretenda dada mudança na sociedade e que seja difundida de maneira similar entre a coletividade; (3) baixo nível de organização formal, tendo sua estrutura relativamente difusa em oposição à ordem vigente e oficial; (4) traços de espontaneidade nas ações, consolidando formas não-institucionalizadas e não-convencionais.

O texto de Sztompka esmiúça bastantes aspectos do movimento de massas, sistematizando-os ora em relação às interações com o meio ora em relação às interações internas. Mas no tocante aos fenômenos sociais da atualidade, nos serão mais interessantes as abordagens dele sobre o fluxo incessante dos movimentos sociais e sobre os meios de comunicação em massa.

Para a análise particular do movimento Occupy é essencial o entendimento de que o movimento social provoca mudanças na sociedade enquanto, reciprocamente, essa mesma

sociedade modifica os movimentos sociais. O movimento de massas está contido no meio social e não pode, dessa maneira, ser enxergado como um ator externo, objetivo e isento de influências desse meio. É importante ressaltar que as alterações estruturais sofridas nem sempre trazem essa carga de imprevisibilidade negativa ao curso do movimento. Quando controlada, a influência da sociedade sobre esse curso é usada como ferramenta de adaptação às mudanças de conjuntura dos processos históricos. Eis, então, segundo Sztompka (1998;469), a peculiaridade desse agente de mudança:

eles mudam a sociedade modificando-se no processo e modificam-se (mobilizam, organizam) para mudar a sociedade de maneira mais eficaz. Mudanças *nos* movimentos e mudanças *por meio* dos movimentos seguem lado a lado, conformando processos interconectados e concorrentes.

É assim, pois, que se caracteriza o fluxo incessante da mudança social. Ficam dispersos na sociedade em estado de interação contínua, por meio de forças conformativas de diversas naturezas, em constante atuação e em diferentes sentidos.

Apegando-nos ao que acabamos de concluir, é fácil entender que ocasiões como reformas constitucionais, avanços tecnológicos ou até mesmo as ditas intervenções provocadas por outros agentes de mudança alteram substancialmente as formas de atuação de determinado movimento. Dessa maneira, admitimos a poderosa influência que o aparecimento e a multiplicação dos meios de comunicação tiveram sobre os movimentos sociais. Tudo muda: articulação, conformação, unificação, compartilhamento, difusão de ideologias. A mídia de massa tem nas mãos o poder do relato e a soberania da perspectiva.

Nasce, a partir disso, uma possibilidade que Sztompka chama de *efeito demonstração*. Com a unificação da informação numa mídia global, surge um viés comparativo entre os acontecimentos de diferentes locais. Na mesma medida, ao alienar uma nação em relação ao resto do mundo, por exemplo, a população local perde a disponibilidade de parâmetros comparativos e, logo, perde também a capacidade de relativizar a realidade social em que está inserida. Sem o contato com o diferente, as estruturas sociais são facilmente naturalizadas.

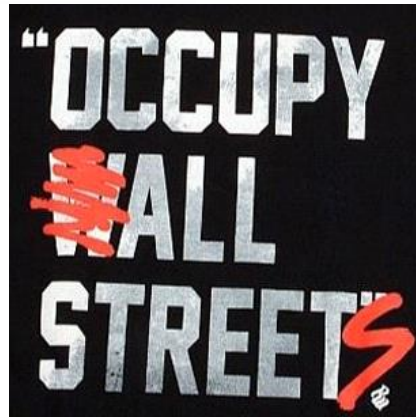
Gerados da difusão da informação, também foram os sentimentos de *solidariedade supralocal* que agem aquebrantando as fronteiras e estimulando grupos de diferentes partes

do mundo a saírem de suas posições atomizadas para unirem-se em coletivos e somarem-se ao quadro de uma insatisfação ou resistência. (Sztompka 1998:472-473). Um fato fictício, mas de riqueza ilustrativa, é a sociedade presente na obra *1984*, de George Orwell: as nações Oceania, Eurásia e Lestásia eram isoladas de informação entre si. Não havia possibilidade comparativa e muito menos de solidariedade supralocal. A personagem principal de Orwell (habitante da Oceania) e seus conterrâneos nada sabiam da realidade para além das fronteiras nacionais. “Guerra é paz; Liberdade é escravidão; *Ignorância é força.*”

Comentados por Gohn, a atuação dos movimentos de massa na atualidade se organiza por meio dessas redes de comunicação sociais, locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais (Gohn, 2011:336) e ao explorar essas formas de organização, os movimentos estão em pleno exercício do “agir comunicativo” de Habermas. Em Habermas (2012) essa ação social que detém o *agir comunicativo* cresce sobre a relação intersubjetiva e também sobre a compreensão de que o “agir” é uma formação simultânea das duas partes que se comunicam e se alimentam aglutinando saberes.

Os discursos de Habermas e de Gohn legitimam não somente os novos tipos de organização dos movimentos sociais e suas novas maneiras de articulação, mas também os discursos envolvidos neles. Pode-se ler que há comunicação intersubjetiva tanto nos fazeres do movimento quanto nos discursos que o promovem. Tudo isso apenas reitera a posição de Sztompka sobre o fluxo incessante de processos interconectados e concorrentes (1998:469) e agrega uma nova face a esse fluxo: a de convergência. Ou seja, o processo comunicativo sobre o qual repousam os movimentos sociais garante um diálogo que é dotado de propriedades convergentes. Há interação, troca, soma, mudanças significativas a partir da comunicação. O “agir comunicativo” se torna um agir construtivo na medida em que além de orientar o curso do movimento, traz alterações substanciais a seu conteúdo.

Desdobramentos do Occupy: o olhar sociológico sobre os movimentos da atualidade



De acordo com os registros do próprio movimento (mantidos em um website), o Occupy deu seus primeiros passos a partir da inspiração provocada pelos movimentos da Primavera Árabe (2010), no Egito, e os Indignados (2011), na Espanha. Os relatos do movimento ainda afirmam que foi a partir de uma convocação publicada pelo Adbusters (um grupo canadense pelo qual ativistas, artistas, escritores, estudantes, educadores, empresários buscam desenvolver um novo movimento social da era da informação, vide autodescrição) à ocupação de Wall Street (Nova Iorque, Estados Unidos) que uma faísca se acendeu.

A população nova-iorquina atendeu ao chamado no dia 17 de setembro de 2011, quando centenas de manifestantes ocuparam as ruas de Wall Street. A partir de então o movimento foi difundido em efeito viral, principalmente por meio da internet, se tornou uma ocupação do parque Zuccotti, reuniu milhares de pessoas, propagou uma insatisfação generalizada e impulsionou um movimento mundial, o que fez o Occupy ir de Wall Street à Cinelândia, passando, ao todo, por cerca de 1868 cidades em torno do globo. Pessoas de diversos lugares ocupavam parques, praças e as ruas de suas próprias cidades para discutir um novo projeto de mundo.



O Occupy é, em linhas gerais, um movimento de protesto contra as relações de poder e estruturas econômicas estabelecidas na sociedade atual. É um movimento contestatório das amarras socioeconômicas nas quais se vive e de outros comportamentos socioculturais, por meio de ocupações populares de espaços físicos da cidade. Na prática, acaba sendo uma crítica ao neoliberalismo em vigência e à capitalização que se exerce não somente sobre as relações econômicas, mas também sobre as práticas morais humanas. Um exemplo claro disso são as práticas de mercantilização do corpo da mulher, debate levantado pelo feminismo, que são endossadas pelo machismo constante em propagandas e no mercado, em geral. Nesse caso, a coisificação da mulher é compreendida como produto da postura conservadora burguesa e acaba servindo também para a manutenção e suporte da estrutura econômica, ao mesmo tempo que, para além do debate moral, essa visão (mulher coisificada) impulsiona um consumo. Voltando a olhar para o quadro geral, se faz saber o porquê de o Occupy se apegar também à contestação de práticas socioculturais: há uma consciência de que, como demonstrado no exemplo anterior, o domínio moral contribui para o domínio econômico e vice versa.

O Occupy e os movimentos subsequentes talvez sejam o maior retrato que se tem na atualidade de como, por meio de processos em que influenciam e são influenciados ao mesmo tempo, os movimentos sociais se moldam às demandas e ao cenário histórico-social no qual estão inseridos. Demonstrando, novamente, o “agir comunicativo” de Habermas e o “fluxo incessante da mudança social” de Sztompka. Além de trazer referências e algumas práticas

de movimentos anteriores a ele, o Occupy agrega e se utiliza de novas ferramentas na organização popular. A internet, por exemplo, toma um papel fundamental nesse processo de reinvenção das frentes de conflito social e na maneira em que as mesmas atuam.

Seria impossível medir com exatidão o papel da internet nesses processos, mas muito podemos falar sobre sua importância. Primeiramente, na origem do movimento: assim como o primeiro ato do Movimento Occupy surgiu por meio de uma convocação via redes sociais, muitos movimentos são deflagrados a partir desses chamados virtuais que se espalham via correio eletrônico, redes sociais, blogs, revistas digitais. Em segundo lugar, a internet, quando usada para mobilização, talvez seja a ferramenta com o maior potencial de eficácia já vista na história: há espaços para explicações e debates mais aprofundados - espaços de politização - enquanto ao mesmo tempo as redes de sociabilidade e de compartilhamento são muito fortes e funcionam bem, o que facilita a expansão do movimento e otimiza tempo e material que haveriam de ser gastos nesse trabalho de mobilizar e difundir o movimento.

Além disso, a internet permite que o movimento se autodocumente, fortificando uma alternativa às mídias de massa. Esse é um fator de enorme importância porque descentraliza o poder de relato das mãos das grandes mídias, que por sua vez, ao reportar as notícias, atendem a interesses empresariais e se privilegiam do monopólio da informação para apresentar à população a perspectiva que mais lhe favorece. Logo, concluímos que o mundo virtual e sua capacidade de ser espaço de dispersão de saberes (com tendências explicitamente democráticas) viabilizam um novo tipo de organização enquanto atuam democratizando a informação e aproximando cada vez mais os relatos publicados da realidade concreta, que é sempre multifacetada, ao contrário do que é noticiado no horário nobre das grandes emissoras de televisão. Por exemplo, a repressão policial aos atos do Occupy, na veiculação da grande mídia, era omitida ou publicada como uma resposta ao caos e à desordem. Com o auxílio de webcams e a publicação de vídeos por parte dos próprios manifestantes, pôde-se enxergar que a truculência policial atuava ali como aparato de controle ideológico. Documentaram diversos casos de abuso de poder e de usos indiscriminados de violência. Se o papel da polícia era preconizar a segurança, pôde-se dizer que, para aquelas situações, o movimento só era ameaça a uma parte da sociedade, aquela que se beneficia das injustiças sociais contra as quais se colocavam os manifestantes. E era

essa parte da sociedade a quem a polícia servia nas ocasiões.



Enumeramos as vantagens que a internet trouxe à organização popular. Entretanto, é preciso também investigar o outro lado da moeda. “A revolução será tuitada”, diz o título de um artigo escrito por Gohn para a revista *Cult* sobre o Occupy (Gohn, *Cult* 2012). Poderia ser uma simples referência ao clássico “A revolução não será televisionada” (Kim Bartley, Donnacha O’Briain, 2003), ou apenas um chamado que afirma a perspicácia do novo movimento social. Mas talvez sirva como uma crítica.

Sim, há uma incrível experiência democrática na internet. Mas ao mesmo tempo em que ser espaço de dispersão de saberes funciona para a democracia, também funciona para a alienação. O espaço virtual não cumpre o papel da rua para os movimentos sociais e, por mais que haja um auxílio substancial dele às organizações populares atualmente, há sempre o iminente risco de que uma revolução se torne apenas um “tuitaço” ou uma página no Wikipédia. A dispersão pode se tornar a ruína do movimento se ele tropeça no esvaziamento político, perdendo, tão logo, seu potencial de mudança.

Encontram-se muitas dificuldades na tentativa de definir o Occupy nas classificações dadas aos movimentos sociais, em geral, porque este possui um caráter fortemente híbrido. Esse hibridismo provém de uma conjuntura histórica anterior ao movimento (reconstrução e ressignificação dos movimentos sociais) e ao fato de o mesmo ter se espalhado e se adaptado

aos diversos locais nos quais aconteceu. Mesmo com todas as dificuldades de definição, o Occupy é reconhecidamente um movimento progressista e também radical. Progressista porque claramente associa a melhora da sociedade a algo novo, ainda desconhecido. Radical porque se instala em espaços de convívio social de uma maneira inusitada e a partir do estranhamento que ocasiona, questiona a ordem socioeconômica e sociocultural. Configura-se muito mais como um movimento orientado para os valores do que para as normas.

Por se tratar de um movimento que une diversas esferas de reivindicações e que preza exclusivamente pelo diálogo para a transformação da sociedade a uma nova regida pela democracia participativa, o Occupy não determina orientações severas quanto às formas de fazer política, por isso não é orientado por normas. David Harvey, Slavoj Žižek e Mike Davis afirmam que falta aos movimentos atuais definições estratégicas, programáticas e teóricas (2012). “Cumpra observar que muitos destes movimentos não têm planos programáticos por convicção, inspiram-se mais nos ideais do socialismo libertário do século 19 do que nos ideais da esquerda tradicional” Afirma a socióloga ao mencionar Di Cintio. (Gohn, Cult 2012) E novamente o perigo da dispersão se apresenta.

Em entrevista (2012), Vladimir Satafle conta que os movimentos de ocupação tiveram início na França onde, em alguma manifestação por volta de 2007, os manifestantes permaneceram caminhando em torno da prefeitura por semanas. Claro que, nesse caso, havia revezamento dentre os que caminhavam, mas a questão aqui é a nova feição que toma o ato: aquele espaço não é mais somente um ambiente de manifestação da expressão popular, aquele espaço é agora uma emergência com a qual seus governantes precisam lidar. Os debates devem ocupar as ruas, que são lugar de disputa política. Isso pauta todo e qualquer ato público. A ocupação, por sua vez, testa a eficácia da literalidade desse discurso.

É claro que uma organização horizontal, que rejeita as maneiras burocratizadas de se organizar e se propõe à autogestão, traz a constante iminência de que uma força tirânica surja e se aproprie dessa iniciativa popular para outros fins. Ou ainda a iminência da total dispersão e desmobilização. Mas, ao mesmo tempo, é notório que todas essas novas formas são um levante contra o modelo de democracia representativa burguesa que se traveste o tempo todo a fim de esconder que governa para atender às necessidades do capital e não da população.

O movimento afirma que a população mundial está insatisfeita e sabe o que não quer.

E se se organiza ocupando praças é porque é emergente e porque quer reunir um debate a fim de descobrir para além do que não se quer, o que se quer para um modelo alternativo de mundo.

Algumas conclusões sobre a possibilidade de ganhos pedagógicos

Para entendermos os possíveis ganhos pedagógicos que trabalhos de abordagem atual promovem, temos, primeiramente, que sair do lugar comum no qual o estudante é um corpo de mera apreensão. Ou seja, temos que partir para um lugar de ciência onde o estudante é sujeito de apreensão, sim, mas à mesma medida é sujeito de compreensão, qualificação e modificação. O estudante apreende, mas tudo o que é agregado ao seu conhecimento dialoga com o mundo que ele já conhece. Portanto, os temas apreendidos passam por sua compreensão, são qualificados e requalificados através das pesquisas (metodologicamente convencionais ou não) e são modificados para que, só assim, ganhem valor e aplicabilidade em suas vidas.

Nesse sentido, o trabalho foi uma boa experiência pedagógica, cumpriu o papel de preencher algumas lacunas com teoria e de deixar outras lacunas serem preenchidas pelo que vivemos do movimento Occupy. Porque, novamente afirmando nossa posição de sujeito, o trabalho foi também produto de nossos relatos. A proposta nos deu espaço para que construíssemos intertextualidade entre a literatura científica e os relatos pessoais, conjugando formas distintas e qualitativamente específicas de narrar. Aqui também houve disponibilidade para que se construísse um “agir comunicativo”.

É importante perceber que as literaturas sugeridas para estudantes de ensino básico propõem o refinamento de sua compreensão acerca dos acontecimentos acompanhados através da grande mídia, como é o caso. Isso possibilita que estudantes sejam não meros objetos de reprodução e repetição das verdades reportadas pela mídia de massa, mas sim indivíduos capazes de percepção e elaboração autorais sobre as aproximações e os distanciamentos entre a literatura e o fenômeno pesquisado.

A leitura dos fatos a partir dos conceitos sociológicos e, no sentido inverso, a leitura dos conceitos sociológicos a partir dos fatos aguçam o senso crítico e criam uma natureza

epistemológica. Estudar os processos contemporâneos munidos de literaturas científicas, portanto, traduz-se na construção de um olhar crítico para as construções e desconstruções da história. Além disso, há uma contribuição para que se enxerguem planos contrastivos entre presente e passado (que é o que tentamos compreender quando estudamos Sociologia, em particular, e ciências humanas mais amplamente) para que o estudante se veja como sujeito - e não objeto – de sua própria história.

Há um discurso muito interessante de Boaventura de Sousa Santos, doutor em sociologia do direito, fundador da Universidade Popular dos Movimentos Sociais e intelectual de esquerda, sobre o descrédito que se dá à sabedoria da vida e àquilo que é produzido do lado de fora da universidade. O academicismo aparece em detrimento da sabedoria e multiplicidade popular, deslegitimando tudo o que não atende às metodologias científicas. E por isso, afirma, há de se credibilizar esses saberes populares. É por esse processo que a educação como um todo deve passar para que, finalmente, sirva de ferramenta emancipatória. A experiência do trabalho discutido aqui assume essa responsabilidade de estudar as relações sociais debruçando-se sobre os diferentes saberes (científico, jornalístico, audiovisual, popular etc) e tem atuação importante para que, nesse caso específico, os movimentos sociais não sejam mais um ponto nodal a se decorar, mas um fenômeno com projeção real na compreensão e vida de cada estudante.

Referências bibliográficas

- STOMPKA, Piotr. “Os Movimentos Sociais como Forças de Mudança”. In: *A Sociologia da mudança social*, 2ª ed., RJ: Record, 1998.
- HARVEY, David *et alii*. Occupy, RJ: Boitempo, 2012
- SANTOS, Boaventura de Sousa. “A Universidade Popular dos Movimentos Sociais: Para Formar Activistas e Dirigentes dos Movimentos Sociais e Ongs e Cientistas Sociais, Intelectuais e Artistas Dedicados à Transformação Social. Uma Proposta para Discussão”. In *Universidade Popular dos Movimentos Sociais (Website)*, 2ª versão, set. 2003.
- GOHN, Maria da Glória. “Movimentos sociais na contemporaneidade”. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, nº 47, maio-ago. 2011.
- GOHN, Maria da Glória. “A revolução será tuitada”. *Revista Cult*, nº 169, ano 15, jun. 2012.
- BANNEL, Ralph Ings. “Um homem, duas metades”. *Revista Cult*, Edição Especial nº 4, ano 15, jan. 2012.
- REPA, Luiz. “Habermas clássico sai no Brasil”. *Revista Cult*, nº170, ano 15, jul. 2012.
- Revista *Perspectiva Sociológica*, n. 12, 2º sem. 2013.

- ORWELL, George. *1984*, 7ª ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- Vídeo *Occupy, movimentos de protesto que tomaram as ruas*. (2012)
- Vídeo *Occupy, movimentos de protesto que tomaram as ruas, Parte 2*. (2012)
- Vídeo *Programa Sala Entrevista 05-07-2012*. Canal Saúde, FIOCRUZ (2012)
- Vídeo *FST 2012: Boaventura de Sousa Santos e a Universidade Popular dos Movimentos Sociais*. (2012)